



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01 - Acerca do princípio da boa-fé objetiva, responda:

- a) É necessária a comprovação do animus do sujeito para o reconhecimento de violação à boa-fé objetiva.
- b) Somente as partes estão submetidas ao princípio da boa-fé processual.
- c) Como decorrência do princípio da boa-fé objetiva, o juiz pode ser punido com multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição.
- d) A supressio é decorrência do princípio da boa-fé, consistente na perda de um direito pelo seu não exercício.

02 - Sobre o Ministério Público no processo, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência de intimação do Ministério Público nos casos de intervenção obrigatória como fiscal da ordem jurídica constitui hipótese de nulidade, desde que demonstrado o efetivo prejuízo ao interesse tutelado pelo MP.
- b) O Ministério Público será intimado para intervir nos processos que envolvam litígio coletivo pela posse de imóvel rural, mas não de imóvel urbano.
- c) Nas hipóteses de intervenção obrigatória do Ministério Público, a nulidade pela não intimação se dá de ofício, independente de prévia manifestação das partes.
- d) O reconhecimento da nulidade alcança todo o processo no qual o Ministério Público deveria intervir obrigatoriamente.

03 - A respeito da comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) Para a validade do processo, é sempre indispensável a citação do réu ou do executado.
- b) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa e interrompe a prescrição.
- c) A citação postal, quando autorizada por lei, exige o aviso de recebimento.
- d) As intimações serão realizadas preferencialmente por meio de publicação dos atos no órgão oficial.

04 - A respeito da tutela provisória, assinale a alternativa correta:

- a) A efetivação da tutela provisória se dará mediante a responsabilidade objetiva do beneficiário da medida.
- b) Na hipótese de extinção do processo sem julgamento do mérito, o ressarcimento dos danos causados pela tutela provisória revogada na sentença deverá ser liquidado em autos apartados.
- c) A tutela de evidência poderá ter natureza satisfativa ou cautelar.
- d) Podem ser requeridas de forma antecedente a tutela de urgência e a de evidência.

05 - Novamente sobre a tutela provisória, responda:

- a) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada de ofício pelo juiz.
- b) A tutela antecipada fundada na urgência e requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- c) O juiz, ao conceder a tutela provisória, deverá se manter adstrito ao que foi pleiteado pela parte.
- d) Quando um ou mais dos pedidos formulados mostrar-se incontroverso, poderá o juiz conceder a tutela satisfativa, que terá natureza de tutela provisória.

06 - Sobre as provas no processo civil, responda:

- a) O CPC/2015 extinguiu a possibilidade de ajuizamento de ação autônoma de exibição de documentos.
- b) Nunca é possível a apresentação de nova prova sobre fato já conhecido pela parte.
- c) Todos os fatos relevantes para o deslinde do processo devem ser comprovados pela parte que os alegar, ainda que se trate de fatos notórios.
- d) O CPC/15 incorporou expressamente a distribuição dinâmica do ônus da prova.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

07 - Sobre a apelação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A apelação, em algumas hipóteses, é dotada de efeito regressivo.
- b) A apelação é, em regra, dotada de efeito suspensivo.
- c) Os efeitos da apelação devem ser requeridos pelo apelante.
- d) A apelação é dotada de efeito translativo.

08 - Sobre o microssistema processual coletivo, responda:

- a) Os titulares dos direitos coletivos lato sensu são indetermináveis.
- b) Segundo o princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva, deverá o Ministério Público ou outro legitimado assumir o polo ativo da demanda na hipótese de desistência infundada ou de abandono da ação coletiva.
- c) Os direitos individuais homogêneos são direitos de titulares determináveis e que exsurtem a partir de uma relação jurídica base.
- d) O princípio da ampla divulgação da demanda aplica-se apenas às ações coletivas consumeristas, tendo em vista que sua previsão legal foi instituída pelo CDC.

DIREITO CIVIL

09 - Acerca dos direitos da personalidade, responda:

- a) A tutela da dignidade da pessoa humana inclui o direito ao esquecimento.
- b) Conforme o STF, o transexual não tem direito à alteração do nome, assim como do sexo no registro civil, salvo se houver se submetido à cirurgia de transgenitalização ou realizado tratamentos hormonais ou patologizantes, mediante decisão judicial.
- c) Nos termos do CC/02, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária em hipótese alguma.
- d) Havendo efetivo risco de vida, é possível que alguém seja constrangido a submeter-se a tratamento

médico.

10 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A analogia constitui recurso de integração do Direito para as situações de omissão normativa.
- b) Analogia e interpretação extensiva designam o mesmo fenômeno jurídico.
- c) Os costumes são decorrentes das práticas reiteradas de comportamentos dotados de licitude e relevância jurídica.
- d) A equidade, enquanto fonte do Direito, é a adaptação razoável da lei ao caso concreto.

11 - Sobre a aplicação da norma jurídica o tempo, responda:

- a) A coisa julgada só se verifica após esgotadas as hipóteses de propositura de ação rescisória.
- b) O direito adquirido consiste na manifestação de vontade lícita, consumada de acordo com a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- c) O ato jurídico perfeito ocorre quando há a incorporação de um direito ao patrimônio jurídico de alguém.
- d) Excepcionalmente, é possível que a lei retroaja.

12 - Assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas não são dotadas de direitos da personalidade, que são característicos apenas das pessoas naturais.
- b) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) O Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe grande transformação no regime das incapacidades do CC/02, sendo que hoje pode-se afirmar que não há maior de 16 anos absolutamente incapaz, independentemente da doença ou enfermidade que o acomete.
- d) Com a morte, cessa a proteção legal aos direitos da personalidade, sem prejuízo das medidas judiciais de proteção à memória do de cujus.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

13 - Sobre a boa-fé objetiva, assinale a INCORRETA:

- a) Caracteriza-se o *venire contra factum proprium* toda vez que o titular de um direito, deslealmente, cria a expectativa de que não irá exercê-lo e surpreendentemente o faz.
- b) A *surrectio* traduz a situação do direito que, não tendo sido, em certas circunstâncias, exercido durante um determinado lapso de tempo, não possa mais sê-lo, por contrariar a boa-fé.
- c) O princípio da boa-fé objetiva impõe ao credor o dever de mitigar seu próprio prejuízo.
- d) A boa-fé objetiva significa manter uma conduta de acordo com padrões sociais de lisura, honestidade e correção.

14 - Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) São sempre bilaterais, de modo que a manifestação de vontade unilateral é apta a constituir apenas um ato jurídico.
- b) É possível que um negócio jurídico não imponha qualquer ônus para uma das partes.
- c) Os negócios jurídicos são sempre dotados de solenidade, devendo seguir a forma prescrita em lei.
- d) A presença de abuso de direito não constitui hipótese de nulidade do negócio jurídico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

15 - Sobre a classificação das constituições, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A distinção entre Constituição material e Constituição formal dá abertura para uma classificação das normas constitucionais que as distingue entre normas apenas materialmente constitucionais, normas apenas formalmente constitucionais e normas formal e materialmente constitucionais.
- b) É cabível que tenhamos uma norma com assunto tipicamente constitucional que esteja fora da Constituição. Essa norma será apenas materialmente constitucional.
- c) As constituições não escritas não se encontram em um documento único e solene, são compostas por

costumes, pela jurisprudência e por instrumentos escritos, mas dispersos, inclusive no tempo. O exemplo característico que se dá de Constituição não escrita é o da Constituição inglesa.

d) Embora exista certa divergência sobre se a Emenda Constitucional n. 1/69 pode ser considerada uma nova Constituição, o fato é que ela foi promulgada pelo Congresso Nacional e, portanto, pode ser classificada como uma constituição promulgada.

16 - De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, III, da Constituição Federal, aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
- b) As contribuições de pessoas físicas e jurídicas para campanhas eleitorais e partidos políticos são inconstitucionais.
- c) As hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 14, § 7º, da CF (inelegibilidades relativas reflexas), inclusive quanto ao prazo de seis meses, não são aplicáveis às eleições suplementares.
- d) A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, III, da Constituição Federal, não se aplica no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

17 - Sobre o direito constitucional à saúde e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em sede de repercussão geral, o STF fixou tese no sentido de que cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na Anvisa, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS.
- b) A legislação sanitária brasileira não adotou a obrigatoriedade da vacinação, em respeito ao direito à intangibilidade, inviolabilidade e integridade do corpo humano.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO

c) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente.

d) A competência do Ministério da Saúde para coordenar o Programa Nacional de Imunizações e definir as vacinas integrantes do calendário nacional de imunização não exclui a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para estabelecer medidas profiláticas e terapêuticas destinadas a enfrentar a pandemia decorrente do novo coronavírus, em âmbito regional ou local, no exercício do poder-dever de “cuidar da saúde e assistência pública” que lhes é cometido pelo art. 23, II, da Constituição Federal.

18 - Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

a) Os juízes gozam da garantia de vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

b) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa, sendo vedado ao Conselho Nacional de Justiça se imiscuir no mérito do ato administrativo, tendo em vista a existência de competência exclusiva do tribunal.

c) Nos termos do art. 94 da CF, um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. De acordo com a jurisprudência do STF, conflita com a Constituição

Federal norma da Carta do Estado que, após o Governador escolher um dos candidatos da lista tríplice para ser Desembargador pelo quinto constitucional, junte à aprovação da Assembleia Legislativa a escolha do candidato à referida vaga.

d) Conforme disciplina a Constituição da República, o Conselho Nacional de Justiça não é considerado um órgão do Poder Judiciário.

19 - No que se refere ao controle de constitucionalidade e às sumulas vinculantes, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual ou pretérita entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

d) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado. Por sua vez, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

Tribunal Federal.

20 - Sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O art. 231 da CF estabelece que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Segundo os defensores do estabelecimento de um “marco temporal”, só podem reivindicar a demarcação de terras indígenas as comunidades que as ocupavam na data da promulgação da Constituição, ou seja, no dia 5 de outubro de 1988.

b) As terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

c) De acordo com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

d) A Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT estabelece que os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse. Ademais, a referida convenção internacional permite, expressamente, a adoção da tese do “marco temporal” pelos governos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- No tocante aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Aplica-se o prazo prescricional da lei penal no processo administrativo disciplinar quando a conduta imputada ao agente público também é capitulada como crime.

b) Quanto à aplicação da pena de cassação de aposentadoria, prevalece no STJ e no STF a tese de que a referida penalidade é compatível com a Constituição Federal, a despeito do caráter contributivo conferido àquela, mormente porque nada impede que, na seara própria, haja o acertamento de contas entre a administração e o servidor aposentado punido. Assim, constatada a existência de infração disciplinar praticada enquanto o servidor estiver na ativa, o ato de aposentadoria não se transforma num salvo conduto para impedir o sancionamento do ilícito pela administração pública.

c) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores.

d) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

22 - Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A regra, em nosso ordenamento jurídico-constitucional, é a vedação da acumulação remunerada de cargos públicos.

b) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, há impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.

c) O STF tem entendimento consolidado no sentido de que, havendo compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, a existência de norma infraconstitucional limitadora de jornada semanal de trabalho não constitui óbice ao reconhecimento da cumulação lícita de cargos. Assim, é possível a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

acumulação de cargos mesmo que a jornada semanal ultrapasse 60 horas semanais.

d) Quando houver compatibilidade de horários, é permitida a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

23 - No que se refere à organização do Estado e da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. Ademais, a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

b) De acordo com o art. 37, inciso XIX, da CF, somente por lei complementar específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

c) Nos termos do art. 37, § 7º, da CF, lei complementar disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

d) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante lei específica, a partir de proposta dos seus administradores ao poder público, desde que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, consoante art. 37, § 8º, da CF.

24 - Tendo como base a jurisprudência e a Lei n. 8.429/1992, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As disposições da Lei n. 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

b) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente

público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

c) Para o STJ, a indisponibilidade prevista no art. 7º da Lei n. 8.429/1992 pode recair sobre bens de família.

d) Constituem atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, dentre outros: frustrar a licitude de concurso público; deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.

25 - Em relação à temática dos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

b) As terras devolutas pertencem, em regra, à União, conforme art. 20, II, da CF.

c) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

d) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

26 - Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

b) O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.

c) O desvio de finalidade se verifica quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.

d) A inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

DIREITO PENAL

27 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Diz-se o crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- b) Pune-se a tentativa ainda que o crime não se consume por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.
- c) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- d) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

28 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando constituem elementares do crime.
- b) Não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito.
- c) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

29 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Tipifica-se como lavagem ou ocultação de bens as condutas de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
- b) É crime tipificado na legislação especial a conduta de manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.
- c) Comete o crime de prevaricação o funcionário público que retardar, indevidamente, a prática de ato de ofício para satisfazer sentimento pessoal.

- d) Peculato é crime tipificado apenas na forma dolosa.

30 - Assinale a alternativa correta:

- a) É crime tipificado na Lei de Crimes Ambientais a conduta de causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação.
- b) A conduta de executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais em desacordo com a licença obtida consiste em mera infração administrativa.
- c) O abate de animais em atividade de caça constitui crime, mesmo que seja realizado pelo agente para saciar sua fome ou de sua família.
- d) Causar poluição é crime tipificado apenas na forma dolosa.

31 - Considerando os enunciados da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na importação irregular de combustível, mercadoria proibida que atrai a incidência do crime de contrabando, previsto no art. 334-A do Código Penal, a pequena quantidade, assim considerada até o limite de 250 litros, induz à mínima ofensividade da conduta, à ausência de periculosidade da ação e o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento, razões que comportam a aplicação do princípio da insignificância à hipótese.
- b) A falsa declaração particular de atividade rural para obtenção de benefício previdenciário, embora autorize a condenação por litigância de má-fé (sanção prevista no art. 81 do CPC), não configura ilícito penal, diante da carência de potencialidade lesiva, sendo, portanto, atípica, porque o documento, por si só, é absolutamente ineficaz para induzir ou manter em erro a autarquia previdenciária ou o Judiciário.
- c) Não é de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal dos crimes relativos a entorpecentes, mesmo se comprovada a transnacionalidade da conduta.
- d) É de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal do crime de racismo, previsto no art. 20, § 2º, da Lei nº 7.716/89, e na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da qual o Brasil é signatário, se a infração penal, caracterizada pelo evidente excesso no exercício da liberdade de expressão por



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

parte do investigado, for praticada pela rede mundial de computadores.

32 - Assinale a resposta incorreta de acordo com a jurisprudência do STJ:

- a) O administrador que desconta valores da folha de pagamento dos servidores públicos para quitação de empréstimo consignado e não os repassa a instituição financeira pratica peculato-desvio, sendo desnecessária a demonstração de obtenção de proveito próprio ou alheio, bastando a mera vontade de realizar o núcleo do tipo.
- b) Ausentes os elementos que revelem ter havido evasão de divisas ou lavagem de dinheiro em detrimento de interesses da União, compete à Justiça Estadual processar e julgar crimes relacionados a pirâmide financeira em investimento de grupo em criptomoeda.
- c) O acórdão confirmatório da condenação não é causa interruptiva da prescrição.
- d) O delito do art. 2º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013 (Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa) é crime material, inclusive na modalidade embaraçar.

33 - Marque a alternativa incorreta:

- a) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.
- b) É inconstitucional a cominação da pena em abstrato atualmente prevista no art. 273 do Código Penal (CP) – reclusão, de dez a quinze anos, e multa – para a importação de medicamentos sem registro no órgão de vigilância sanitária competente, conduta tipificada no art. 273, § 1º-B, I, do CP. O vício decorre da ofensa à vedação de penas cruéis e da afronta a princípios constitucionais, como o da proporcionalidade e o da individualização da pena.
- c) A tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios da dignidade da pessoa humana (Constituição Federal (CF), art. 1º, III), da proteção à vida e da igualdade de gênero (CF, art. 5º, “caput”)
- d) De acordo com o STF, a alteração promovida pela Lei 13.964/2019, que introduziu o § 5º ao art. 171 do

Código Penal (CP), ao condicionar o exercício da pretensão punitiva do Estado à representação da pessoa ofendida, não deve ser aplicada de forma retroativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34 - Assinale a resposta correta de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) O art. 46 da Lei Complementar (LC) 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público) atribui competência exclusiva à Procuradoria-Geral da República para officiar nos processos em curso perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- b) A ação de *habeas corpus* deve ser admitida para atacar exclusivamente atos judiciais que versem sobre prisão.
- c) A CF estipula ser a prescritebilidade das pretensões penais a regra, mas autoriza que o legislador ordinário crie hipóteses de imprescritebilidade não previstas no texto constitucional.
- d) É incompatível com a Constituição a interpretação conjunta do art. 366 do Código de Processo Penal (CPP) com o art. 109, “caput”, do Código Penal (CP), que limita o prazo de suspensão da prescrição ao tempo de prescrição do máximo da pena em abstrato prevista para o delito.

35 - Assinale a alternativa correta:

- a) É cabível acordo de não persecução penal para qualquer crime com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.
- b) A impossibilidade de reparação do dano ou de restituição da coisa à vítima sempre impede a oferta de acordo de não persecução penal pelo Ministério Público.
- c) A celebração de acordo de não persecução penal independe de homologação judicial.
- d) Para celebrar acordo de não persecução penal, o investigado deverá confessar formal e circunstancialmente a prática da infração penal.

36 - Em relação às medidas cautelares no processo penal, assinale a alternativa incorreta:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

a) São medidas cautelares diversas da prisão previstas expressamente no Código de Processo penal o comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades, e a suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.

b) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.

c) As medidas cautelares podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

d) A proibição de ausentar-se do país não implicará na retenção do passaporte do investigado ou acusado pela justiça.

37 - Assinale a resposta incorreta de acordo com a jurisprudência do STJ:

a) A retratação da calúnia, feita antes da sentença, acarreta a extinção da punibilidade do agente independente de aceitação do ofendido.

b) Após o advento da Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), passou a ser possível a conversão de ofício pelo Juiz da prisão em flagrante em preventiva.

c) É possível a fixação de astreintes em desfavor de terceiros, não participantes do processo, pela demora ou não cumprimento de ordem emanada do Juízo Criminal.

d) Compete ao Juízo Federal do endereço do destinatário da droga, importada via Correo, processar e julgar o crime de tráfico internacional.

38 - A respeito das provas e nulidades no processo penal, marque a alternativa incorreta.

a) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que possam ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

b) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou

referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

c) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

d) Pelo princípio *pas nullité sans grief*, não que se há falar em nulidade de ato processual sem demonstração de prejuízo.

39 - Em relação às prerrogativas processuais dos membros do Ministério da União, marque a alternativa incorreta:

a) É prerrogativa do membro do MPU ser ouvido, como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente.

b) É prerrogativa do membro do MPU receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que oficiar.

c) É prerrogativa do Procurador-Geral da República ser processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça.

d) Quando, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por membro do Ministério Público da União, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente os autos ao Procurador-Geral da República, que designará membro do Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.

40 - Assinale a alternativa incorreta:

a) Os crimes contra a organização do trabalho são da competência da Justiça Federal.

b) Não é de atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades ocorridas quando da aplicação da vacina contra a Covid-19, salvo se houver a implicação de algum órgão ou agente público federal, haja vista que o fato de o Ministério da Saúde ser o responsável pela coordenação do plano nacional não é fator que, por si, define o interesse da União e fixa a competência da Justiça Federal nas hipóteses de má aplicação da vacina.

c) Compete à Justiça Federal o julgamento dos crimes de tráfico internacional de drogas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
22º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO

d) É da Justiça Federal a competência para processar e julgar crime praticado a bordo de aeronave, cabendo à Justiça Estadual processar e julgar crimes cometidos a bordo de navios.